

MILITARES E ESTRATÉGIAS NÃO-CONVENCIONAIS DE POLÍTICA NO BRASIL: CONFIGURANDO PARÂMETROS PARA UMA TOMADA DE PODER DE ESTADO¹

PIERO LEIRNER²

RESUMO

Este artigo pretende analisar os modos que militares produziram a candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência em 2018, observando o fato de que a opção por o lançar a este cargo foi inaugurada em 2014 dentro de um estabelecimento militar. Considerando que Bolsonaro (e seu então Vice-Presidente) eram militares, minha intenção é recuperar o vínculo entre esta ação política e uma ação militar propriamente dita, operando na lógica da guerra. Para tanto, lanço mão de uma categoria nativa que começa a circular entre militares brasileiros justamente no em 2014, a de “guerra híbrida”. Um rápido sobrevoo ao modo como ela foi concebida desde seus primeiros usos, em meados dos anos 2000, sugere que alguns de seus aspectos foram utilizados de forma inédita aqui no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Militares; Política; Guerra Híbrida; Eleições; Bolsonaro.

MILITARY AND UNCONVENTIONAL POLITICAL STRATEGIES IN BRAZIL: SETTING PARAMETERS FOR A STATE POWER TAKEOVER

ABSTRACT

This article aims to analyze the ways in which the military produced Jair Bolsonaro's candidacy for President in 2018, noting the fact that the decision to launch him for this position was initiated in 2014 within a military establishment. Considering that Bolsonaro (and his then Vice President) were military personnel, my intention is to recover the link between this political action and a military action per se, operating within the logic of war. To this end, I use a native category that began to circulate among Brazilian military personnel precisely in 2014, that of “hybrid warfare”. A quick overview of how it was conceived since its first uses, in the mid-2000s, suggests that some of its aspects were used in an unprecedented way here in Brazil.

KEYWORDS

Military; Politics; Hybrid War; Elections; Bolsonaro.

¹ Este artigo é uma versão modificada de um capítulo ainda inédito a ser publicado no livro *Democracia e conflito social: a extrema direita em perspectiva comparada*, organizado por Rosana Soares, Virginia Vechioli e Ricardo Mayer (no prelo, com previsão de publicação no 2º semestre de 2025). Agradeço a Monique Florencio de Aguiar pela leitura e sugestões.

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

MILITAIRES ET STRATÉGIES NON CONVENTIONNELLES DE LA POLITIQUE AU BRÉSIL : DÉFINIR LES PARAMÈTRES POUR UNE PRISE DU POUVOIR ÉTATIQUE

RÉSUMÉ

Cet article propose d'analyser la manière dont les militaires ont orchestré la candidature de Jair Bolsonaro à la présidence en 2018. En tenant compte de cette orientation, amorcée dès 2014 au sein de l'institution militaire, et du fait que Bolsonaro (ainsi que son vice-président de l'époque) étaient eux-mêmes militaires, l'objectif de cet article est d'examiner le lien entre cette action politique et une action militaire pensée dans une logique de guerre. Pour ce faire, j'explore la notion de « guerre hybride », employée par les militaires brésiliens à partir de 2014. Il s'agira de présenter brièvement comment cette notion, développée dès le milieu des années 2000, a été utilisée de manière inédite au Brésil.

MOTS-CLÉS

Militaires ; Politique ; Guerre hybride ; Elections ; Bolsonaro.

MILITARES Y ESTRATEGIAS POLÍTICAS NO CONVENCIONALES EN BRASIL: CONFIGURANDO PARÁMETROS PARA UNA TOMA DEL PODER DEL ESTADO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las formas en que los militares produjeron la candidatura de Jair Bolsonaro a la Presidencia en 2018, observando que la opción de lanzarlo a ese cargo se inauguró en 2014 dentro de un establishment militar. Considerando que Bolsonaro (y su entonces vicepresidente) eran militares, mi intención es recuperar el vínculo entre esta acción política y una acción militar en sí misma, operando dentro de la lógica de la guerra. Para ello utilizo una categoría nativa que comenzó a circular entre los militares brasileños precisamente en 2014, la de "guerra híbrida". Un rápido repaso de cómo fue concebido desde sus primeros usos, a mediados de la década de 2000, sugiere que algunos de sus aspectos fueron utilizados de forma inédita aquí en Brasil.

PALABRAS CLAVE

Militares; Política; Guerra híbrida; Elecciones; Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Desde 2013, houve uma grande especulação tanto em meios acadêmicos quanto em publicações das mais variadas sobre quais as causas de instituições estatais brasileiras viverem movimentos de “disrupção”. “Polarização”, “crise” e “anomia” foram termos amplamente usados para tentar explicar um movimento que começou com uma espécie de “história espontânea” eclodida em protestos que se dirigiam contra várias das cadeias de representação política naquele ano (Dent; Machado, 2013). A diversidade dos acontecimentos e o conjunto de fatos que ocorreram posteriormente certamente contribuíram para a percepção de que o Brasil estava imerso no “caos”.

De outro lado, não foram poucas as pessoas que perceberam esse processo como um “golpe”. Embora esta visão dos fatos tenha aparecido com mais força durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff (Ex-Presidente do Brasil, 2011–2016) e posterior impedimento do Ex-Presidente Lula (2003–2010) de participar das eleições de 2018 (devido a sua prisão), é no atual momento que se começa a rever se tais fatos têm ou não um encadeamento produzido, ou ao menos impulsionado, por atores específicos. Trata-se, enfim, de uma percepção por parte de alguns analistas — e estou entre eles — de que o Brasil esteve, nos últimos tempos, no espectro de uma guerra não convencional. Por razões que se adequam ao próprio modo como os militares leram a conjuntura brasileira a partir da década de 2010, resolvi seguir a categoria nativa de guerra híbrida e pensar sua própria ação a partir dela (Escobar, 2016; Leirner, 2022 [2020]). Tal percepção, embora esteja longe de ser hegemônica entre aqueles que têm se dedicado a analisar os movimentos políticos no Brasil recente, tem ganhado expressão diante da evidente militarização que cotidianamente está se colocando nas instituições e em outros setores da vida social, como nas escolas, igrejas, nas notícias, e, de forma contundente, em manifestações de rua.

Mais tarde, já em 2019, pelo menos se tornou trivial identificar a presença militar no Governo. Jair Bolsonaro é um ex-Capitão do Exército e seu então Vice-Presidente era o General Hamilton Mourão; a composição de seu Governo indicava que a maioria dos quadros dirigentes era militar. Calcula-se que entre 6 mil e 12 mil militares ocuparam cargos de natureza civil, distribuídos pelos Ministérios e, inclusive, atuando em outros poderes da República. Hoje esta ainda é uma realidade no Governo Lula, e também espalhada nos poderes estaduais, tendo talvez seu caso mais expressivo no estado de São Paulo. Essa é uma face nada desprezível da militarização do Estado, que acompanha a militarização da sociedade como um todo. Embora a eleição de 2018 tenha se passado como se o Brasil estivesse em um regime institucional operando dentro da normalidade, as estratégias de neutralização dos adversários, a realização de campanhas, difusão maciça de “bombas

informativas ou cognitivas”³ que resultaram em um ambiente caótico podem ter sido parte de uma estratégia pensada e de maneira a não identificar de imediato os militares como seus protagonistas.

É preciso se perguntar o quanto da crise e da percepção de caos não foi, portanto, induzido indiretamente pelos próprios militares, a fim de produzir uma percepção generalizada de que o Brasil estava próximo a uma situação de anomia. Devemos ter em conta que a guerra híbrida visa a camuflagem de seus agentes, e que ela opera, sobretudo, no espectro de uma maciça onda de “operações psicológicas”, a ponto de tornar a paz e a guerra estados indistintos (Ssorin-Chaikov, 2018). Uma de suas características é justamente não tornar possível distinguir o que é fenômeno político e o que é um ataque de informações, visando à produção de antagonismos e de polarizações de forma propositada. Nesse sentido, podemos dizer que desde a campanha eleitoral de 2018 foram produzidas inúmeras contradições — por exemplo, entre Bolsonaro e seu Vice-Presidente — que depois se cristalizaram numa percepção de que o Governo é composto por “alas” diferentes, especialmente uma mais “ideológica” e outra “técnica/militar”. Na campanha de 2022 (que não será objeto deste artigo), isso ficou ainda mais evidente, com Bolsonaro, como candidato, contestando a legitimidade do processo eleitoral. No entanto, para quem analisa essa situação com os parâmetros da guerra híbrida, percebe-se que essas contradições são propositais. Há algo que lembra uma “cismogênese complementar” tal como nas inversões de papéis no Naven (Bateson, 1958), só que propositalmente induzido para produzir a sensação de caos e conflito. No caso, a maior inversão é a do fraudador acusando a fraude.

De maneira muito resumida, há dois aspectos que definem uma guerra híbrida: em primeiro lugar, seu instrumento principal, que consiste na “estratégia da abordagem indireta”. O seu ponto central é a terceirização dos “agentes de combate”, que tornam possível a camuflagem de seus principais protagonistas. Em segundo lugar, ela é, sobretudo, uma guerra que visa atingir a vontade do adversário, tal como pensado por Sun-Tzu há 2500 anos (Korybko, 2015). Para seguir esses dois parâmetros, idealmente o “combate” — pelo menos inicial — visa à produção de um processo cognitivo que inclui elementos de produção de dissonâncias, reforço de viéses, armadilhas em “*looping*” e cerco informacional nos alvos/inimigos, tornando-os hospedeiros de um conjunto de ações e informações sem perceber que operam a favor do atacante.

³ Conceito derivado de noções como “Guerra Psicológica de Espectro Total” e “Guerra Neocortical” (Szafranski, 1994). A ideia de uma bomba cognitiva provém da noção de um bombardeio de informações contraditórias e aparentemente aleatórias de modo a produzir uma reação de tipo “choque e pavor”, desnortando a percepção da população alvo, que já não tem mais ideia de quem é “amigo” ou “inimigo”. Como veremos, esta se tornou uma “arma híbrida”, pois justamente trata de produzir essas percepções confusas.

As teorias que produziram os princípios doutrinários da guerra híbrida datam de meados dos anos 2000, e fazem parte de um arsenal de manuais de operações em “guerras de 4ª geração”, “inteligência e contrainteligência”, “dissimulação”, “contra insurreição”, “guerra psicológica de espectro total” e “operações em ambiente urbano (MOUT)”. Sua gênese se dá especialmente a partir de desdobramentos da “guerra ao terror” pós-2001, nas experiências israelenses do começo dos anos 2000 e depois norte-americanas no Oriente Médio, quando se agrega um conjunto de expertises nas áreas de linguística, psicologia e antropologia desenvolvidos desde os anos 1940 pelos campos da cibernética e das ciências militares aos chamados “*Human Terrain Systems/Teams*” (Leirner, 2022 [2020]). Tal processo, inclusive, foi alvo de denúncias por parte de vários antropólogos (NCA, 2009).

Após alguns anos, porém, foram testadas ações terceirizadas em vários locais: Ucrânia, Georgia, Norte da África, Iraque, Síria, e, ao que tudo indica, na América Latina, no Brasil em particular. De acordo com Leirner (2022 [2020], p. 257–261), houve uma intensa transferência dessa “tecnologia de guerra psicológica” a militares brasileiros a partir de intercâmbios realizados nos EUA e, sobretudo, na experiência concreta que comandantes tiveram nas forças de paz que atuaram no Haiti e na República Democrática do Congo, onde aplicaram vários elementos desses manuais. Posteriormente, vários dos militares que estiveram lá também se envolveram em “Operações de Pacificação” dentro do próprio Brasil (por exemplo, durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016), testando a ideia de que sob sua intervenção a “ordem” seria reestabelecida⁴.

Não por coincidência que o “núcleo duro” do Governo Bolsonaro é composto por estes militares especificamente, e que na campanha eleitoral o uso intenso de instrumentos semióticos de dissonância foi aplicado, especialmente através das redes sociais, que funcionaram como “estações de repetição descentralizadas” de “bombas cognitivas”. Deste modo, podemos compreender algumas das pistas que se refletem na atual percepção de que o Governo, e o Estado, estão submersos em contradições, e, como se fossem agentes não intencionais, se apresentem como a solução do caos que eles próprios produziram.

Considerando todos esses aspectos, minha hipótese neste artigo é a de que, no Brasil, desde 2014 pelo menos, quando se radicalizou uma oposição ao Governo Dilma Rousseff (então reeleito), imbricou-se uma série de movimentos políticos que produziram a desestabilização do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e que a eleição de Jair Bolsonaro foi uma ação militar que aqui denomino de “guerra híbrida”. Não tenho a intenção de explicar todos os acontecimentos que envolveram os incontáveis setores da sociedade brasileira sob esse prisma; no entanto, na medida em que os militares se tornaram agentes

⁴ Ver também, nesse sentido, as ligações entre a construção de um inimigo interno e as operações militares de pacificação no Rio de Janeiro (Rodrigues, 2016).

centrais em vários dos processos que produziram uma inflexão na vida social e política brasileira, optei por recorrer a um idioma que é próprio deles para explicar qual é sua parte nessa história. Certamente ela transcende a vida militar, sem que, no entanto, deixe de ser um problema que se inicia a partir de uma variável da guerra. Como pretendo mostrar adiante, uma das principais características da “guerra híbrida” é justamente sua indistinção da política, e a camuflagem que ela propicia aos seus agentes operacionais primários.

“GUERRA HÍBRIDA”: UM SOBREVOO

Em meados dos anos 2000, basicamente durante e após as experiências norte-americanas no Iraque e Afeganistão, o termo “guerra híbrida” surgiu em documentos militares pela primeira vez. Ele apareceu em um pequeno texto/apresentação de James Mattis e Frank Hoffman em 2005 (Mattis; Hoffman, 2005)⁵, mas a primeira sistematização mais ampla é, sem dúvida, o texto “*Conflict in the 21st Century: the rise of the hybrid wars*”, de Frank Hoffman (2007)⁶. Em sua definição, a “guerra híbrida” se aproxima das guerras “selvagens”, mistura capacidades de “guerra convencional com formações e táticas irregulares”, e até técnicas terroristas e criminais (Hoffman, 2007, p. 29). Sua referência empírica é o conflito entre Israel e grupos “terroristas” no Líbano, em Gaza. A conexão com o problema da *guerra ao terror*, que se tornou uma espécie de paradigma para repensar o mundo militar a partir do 11 de setembro de 2001, é evidente; dos eventos deste dia até meados dos anos 2000, portanto, o caminho para uma teoria que repensasse toda a forma de ação militar até que foi curto.

Seria impossível resumir aqui toda a genealogia de como o cenário do conflito entre Israel e Hezbollah desembocou na noção de “ameaças híbridas”, e de como estas se transformaram no conceito de “guerra híbrida”⁷. Para Hoffman (2007), o protoplasma da “guerra híbrida” está na “forma” Hezbollah, e a experiência israelense é fundamental para se entender a natureza das ameaças e como enfrentá-las *nos mesmos patamares*. Elas seriam o ponto de encontro entre o tribal e o *high-tech*, como se viu nas formas de ataque improvisado a Israel com uso de mísseis anti-navio C802 e pedras. Como sabemos, a cooperação entre as forças de defesa israelenses (IDF) e as Forças Armadas norte-americanas é íntima e vem de longe. Aparentemente os comandantes israelenses que lutaram na

⁵ Vale lembrar que ele foi Secretário de Defesa de Donald Trump, entre 2017 e 2019.

⁶ O termo em si “guerra híbrida” foi retirado de uma dissertação de mestrado inédita, de autoria de Robert G. Walker em 1998 (Hoffman, 2007, p. 9).

⁷ Diga-se de passagem, a atual guerra entre Israel e Hamas — extensiva a todo massacre civil que está sendo realizado — parece se enquadrar perfeitamente nas descrições de Hoffman e Mattis (2005). Ver nesse sentido a seguinte postagem: <https://x.com/pierolei/status/1714258636153709037>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Intifada de Al-Aqsa no Líbano a partir do fim de setembro de 2000 começaram pela primeira vez a esboçar seu espanto com uma guerra que “era e não era” ao mesmo tempo (Ben-Ari *et al.*, 2010, p. 27). “*In Hebron [...] everything is maybe... everything is in the gray range, or, more precisely, the gray part is relatively large; there is no clear line, no clear enemy*” (Ben-Ari *et al.*, 2010, p. 32). Não à toa, um dos principais comandantes israelenses que formulou um conceito para lidar com as tais “ameaças híbridas”, o General Shimon Naveh, o fez a partir de um entendimento *sui generis* de Deleuze e outros (como os antropólogos Gregory Bateson e Clifford Geertz), chamando o conflito no Sul do Líbano de “guerra rizomática” (Weizman, 2006)⁸.

Isso se tornou um terreno fértil para pensar um novo desenho urbano das forças de defesa, inclusive imbricando paradigmas securitários de forma a tornar funções de vigilância/polícia/exército porosas entre si. Tudo isso teve um enorme impacto em termos dos novos elementos que passaram a fazer parte da urbanização do século XXI, e obviamente os parâmetros de “operações urbanas” que estão em manuais de doutrinas militares mundo afora se adaptaram de forma sintomática às conexões e às relações existentes em “cidades sitiadas”, para utilizar a expressão de Stephen Graham (2010)⁹. A posição de Hoffman (2007) contempla essa nova cultura militar, cujo expoente maior nas artes da guerra cognitiva é o Coronel da USAF John Boyd (igualmente leitor de Geertz, Bateson e outros antropólogos; voltarei a Boyd logo abaixo). O ponto mesmo que Hoffman quer levantar é a indistinção (*blur*) entre guerras estatais e não-estatais, que torna os conflitos “generalizados”: não há mais fronteira entre “guerra e paz”, “civis e militares” (Hoffman, 2007, p. 27), e basicamente podemos estar em guerra sem percebê-lo. Tudo isso aponta para um quadro de superação do que seria um esquema amplamente aceito (em meios militares), esboçado por William Lind (2001), de “guerra de 4ª geração”, ou “guerra irregular”, “assimétrica” e “não-convencional”. A “híbrida” seria ou um desdobramento radical destas, ou um “salto” para a 5ª geração, dependendo do autor¹⁰.

⁸ Note este trecho de entrevista do General Naveh a Weizman (2006): “*When I interviewed him, Naveh explained: We are like the Jesuit order. We attempt to teach and train soldiers to think ... We read Christopher Alexander, can you imagine? John Forester, other architects. We are reading Gregory Bateson, we are reading Clifford Geertz. Not myself – our soldiers, our generals are reflecting upon these kinds of material. We have established a school and we have developed a curriculum that trains operational architects*”.

⁹ O problema da “securitização” parece estar particularmente integrado com essa paisagem militar. No Brasil, uma excelente reflexão a este respeito está em Rodrigues (2016).

¹⁰ Colocando aqui de maneira esquemática, diria que, para Lind (2001), a 1ª geração é “massa”, típica guerra pós-Westphalia, com aquelas “colunas” de gente (ex, guerras napoleônicas); a 2ª seria “poder de fogo”, rifle, metralhadora, sendo o protótipo a 1ª Guerra; a 3ª seria a já mecanizada, “manobra”, cujo eixo estaria no “carro de combate”, como na 2ª guerra. A 4ª seria a da computação, dos sistemas conhecidos como C3I (Comando, Controle, Computação e Inteligência). Por isso tem gente que associa a “híbrida” a ela (voltarei a isso); mas também tem gente que já fala na “híbrida” em

Essas noções são fundamentais para entendermos o que vem posteriormente, que é o *turning point* da doutrina norte-americana, que finalmente faz uma guinada de uma matriz antes baseada em Clausewitz para outra baseada em Sun-Tzu. Em poucas palavras, como mencionado acima, a ideia passa a ser predominantemente atuar sobre a “vontade do inimigo”, dissuadindo-o de lutar até a rendição. O aparato militar, agora, age primeiramente em conjunto, ou mesmo em função, de uma “ofensiva cognitiva” sobre o inimigo. Este é o ponto central dos “manuais” de operações: os “FM” (*Field Manuals*) que prescrevem operações em “guerras não convencionais”, “contra-insurgência”, “MOUT” (*Military Operations in Urban Terrain*), “operações psicológicas”, “forças especiais” e “inteligência e contrainteligência em conflitos assimétricos”, todos eles recheados de apêndices, falam de uma ação em vários “campos” — no direito, na economia, na imprensa, na política e nas comunicações, chegando a um *espectro total*¹¹. Não devemos nos esquecer que toda essa parafernália doutrinária é francamente aplicada em *fronts* que se constituem nos “entornos estratégicos” das grandes potências, isto é, nos *sets* geopolíticos que são área de influência indireta dos chamados “centros de gravidade” do poder mundial.

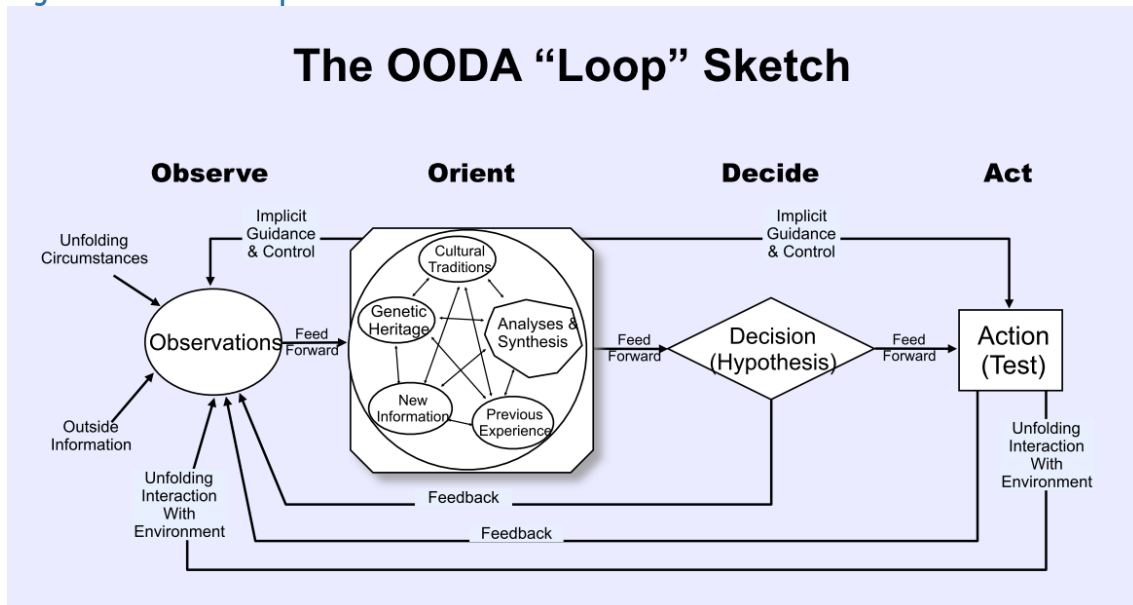
Essa é uma “arte da guerra” criada justamente por meio de conflitos que se desenvolveram a partir dos anos 1960 — Coreia, Vietnam, Balcãs Europeus, Oriente Médio e América Central. Um elemento crucial que está na base conceitual dos “manuais” é uma teoria criada a partir das experiências e leituras desses conflitos feitas por John Boyd, tido como um gênio para as ciências militares tal qual Heisenberg foi para a física com seu princípio da incerteza (Coram, 2002). No limite, podemos dizer que Boyd inventou um “mapa cognitivo” que visa dar a “chave” para induzir o caos e a incerteza na percepção dos inimigos¹². O mais incrível é que a teoria parte de um simples gráfico, que se tornou, possivelmente, o mais importante *display* para toda uma série de práticas e ações que mudou o “*american way of war*”. Trata-se de algo que não vou discutir em pormenores aqui (a bibliografia elencada na nota acima é, basicamente, uma discussão sobre este gráfico), mas que vale a pena reproduzir. O “*OODA Loop*”:

outros termos, porque combina a computação com a “abordagem indireta”, “dissimulação”, etc, fora o uso de inteligência artificial (Korybko, 2015).

¹¹ De certa forma, esta é uma reinvenção/reação de um texto chinês do final da década de 1990 que causou muito impacto nos EUA e em outros lugares — incluindo o Brasil — que trabalhou com o conceito de “guerra irrestrita” (Liang; Xiangsui, 1999).

¹² Uma análise mais pormenorizada de Boyd (que, por sinal, nunca escreveu um livro, mas quase tudo sobre ele foi baseado em anotações, slides, apresentações e entrevistas) pode ser encontrada em Coram (2002), Osinga (2005), Ford (2010), Richards (2012), além dos próprios slides e *papers* de Boyd.

Figure 1. OODA Loop.



Fonte: Boyd (1996, p. 3).

O ponto central que resulta deste *display* é a ideia de que se deve atacar justamente os dois primeiros elementos do ciclo: “observação e orientação” do inimigo. Trata-se de introduzir fraturas neles de modo a produzir “dissonâncias cognitivas” e, a partir daí, comandar as decisões e as ações alheias sem que se perceba. Para Boyd (1996), trata-se de um desdobramento de duas estratégias e suas táticas respectivas: *blitzkrieg* (inspirada pela estratégia alemã na batalha da França de 1940) e “infiltração” (cf. Ford, 2010, p. 31–36), ambas possíveis graças a um conjunto de ações que produz um ambiente de dissimulações, confusões, contradições e “caos controlado”¹³. Um ponto central desta teoria está na velocidade de indução a novas contradições no campo de observação do inimigo, de modo que ele não tenha tempo de resposta para resolver a contradição anterior em que está imerso. Ao produzir o bombardeio constante de informações contraditórias, o alvo fica preso a elas, dando não somente tempo para minha manobra, como permitindo que se passe a controlar a própria percepção — e, conseqüente, a orientação, a decisão e a ação do outro. É assim, então, que se consegue fazer com que o inimigo ou o alvo que se pretende “terceirizar” numa ação de guerra cognitiva “trabalhe” para seus propósitos. Isto, seria, o “cume” de uma guerra psicológica de espectro total, cujo hibridismo se funde ao problema de como essa guerra (não) é percebida¹⁴.

¹³ Diria que há algo que lembra uma “sismogênese complementar” tal como nas inversões de papéis no Naven (Bateson, 1958), só que propositalmente induzido para produzir a sensação de caos e conflito.

¹⁴ E, nesse sentido, a “guerra rizomática” também foi pensada como uma “mistura de roupas civis e militares, confusões, emboscadas, codificações” em múltiplos níveis (Ssorin-Chaikov, 2018, p. 260).

A natureza dissimulada que essas operações exigem não pode ser “passada de ponta a ponta” pela cadeia de comando: é necessário que ela opere no registro de uma célula, para garantir a eficácia de sua codificação criptografada. Além disso, seguindo os preceitos de Boyd (1996), a “velocidade” é um fator fundamental — é preciso que minha ação disruptiva corra mais rápido que o ciclo OODA do inimigo a fim de conseguir me infiltrar nele¹⁵. Ao mesmo tempo, para atingir este objetivo, não se pode empregar unidades ou dispositivos que estejam sujeitos à velocidade da burocracia da cadeia de comando. Por isso mesmo, o ataque ao OODA inimigo deve ser feito rapidamente, com vários códigos sobrepostos (de modo a garantir uma cobertura ou criptografia que não denuncie que há um ataque e um atacante) e em múltiplas direções, *sobretudo realizado a partir de células descentralizadas*.

A dissimulação e a sobreposição são, assim, dois aspectos centrais da “confusão” entre “guerra e paz” que está no núcleo da “guerra híbrida”¹⁶. Toda sorte de “blends” passa a ser parte de um desdobramento estratégico, cuja característica principal é produzir um ambiente contaminado por um “espectro total” de informações dissonantes. Por isso a vantagem é sempre de quem detém a “chave criptográfica” das “bombas cognitivas” que são lançadas. Contradições em sequência respondem talvez à ponta de uma estratégia mais ampla de intervenções “multinível”, na qual o emissor inicial do ataque desaparece por conta do estabelecimento de uma série de operadores que agem por procuração. São procuradores que subcontratam outros procuradores e assim vai, se estabelecendo uma *proxy war* (Korybko, 2015; Maya; Leirner, 2019). Para resumir, o estado da arte de uma “guerra híbrida” está naquela em que teoricamente as pessoas sequer notam que estão no meio de uma guerra. Segundo Korybko (2015), desdobrando a teoria de outro Coronel da USAF, Richard Szafranski, trata-se da somatória de uma “guerra psicológica de espectro total” para a de uma “guerra neocortical”: infiltração no aparelho cognitivo da população¹⁷.

¹⁵ Se o leitor estiver se perguntando se isso tem a ver com essa avalanche de acontecimentos que estamos vivendo no Brasil, onde cada dia parece que somos acometidos por algo que vai virar o mundo de ponta-cabeça, diria que possivelmente há algo que afetou nosso “ciclo OODA” e produziu a “dissonância cognitiva”. Interessante notar também que Paul Virilio entendeu que a velocidade é o elemento crucial da guerra moderna (Virilio, 1997; Virilio; Lotringer, 2003).

¹⁶ Ssorin-Chaikov (2018), inclusive, usa o conceito de “paz híbrida”.

¹⁷ “A guerra neocortical é uma guerra que se esforça por controlar ou moldar o comportamento dos organismos inimigos sem destruí-los. Para tanto, ela influencia, até o ponto de regular, a consciência, as percepções e a vontade da liderança do adversário: o sistema neocortical do inimigo. Dito de maneira mais simples, a guerra neocortical tenta penetrar nos ciclos recorrentes e simultâneos de “observação, orientação, decisão e ação” [o “OODA Loop”] dos adversários. De maneiras complexas, ela esforça-se por munir os líderes do adversário — seu cérebro coletivo — de percepções, dados sensoriais e dados cognitivos projetados para resultar em uma gama de cálculos e avaliações estreita e controlada (ou predominantemente grande e desorientadora). O produto dessas avaliações e cálculos são escolhas do adversário que correspondem às escolhas e aos

O LABORATÓRIO BRASILEIRO

Uma das primeiras pessoas a notar que vários movimentos que aconteciam no Brasil nos idos de 2016 poderiam indicar se tratar de um novo “epicentro de uma guerra híbrida” foi o jornalista Pepe Escobar¹⁸. Ele afirmou que:

[...] no manual da Guerra Híbrida, a percepção da influência de uma vasta ‘classe média não-engajada’ é essencial para chegar ao sucesso, de forma que esses não-engajados se tornem, mais cedo ou mais tarde, contrários a seus líderes políticos. O processo inclui tudo, de ‘apoio à insurgência’ (como na Síria) a ‘ampliação do descontentamento por meio de propaganda e esforços políticos e psicológicos para desacreditar o governo’ (como no Brasil). E conforme cresce a insurreição, cresce também a ‘intensificação da propaganda; e a preparação psicológica da população para a rebelião.’ Esse, em resumo, tem sido o caso brasileiro (Escobar, 2016, n. p.).

Embora a ideia de uma “guerra híbrida” no Brasil não seja consensual (e embora também seja cada dia mais usada para entender vários movimentos dos últimos anos), é notável que pelo menos os militares brasileiros — ou pelo menos uma elite deles, que não por coincidência ocupou cargos próximos ao Presidente Bolsonaro (Leirner, 2022 [2020]) — têm conhecimento “de manual” do que se trata e de como atuar em uma “guerra híbrida”. Portanto, pelo menos do ponto de vista militar, é possível pensar que sua engrenagem resultou numa aplicação doméstica, especialmente a partir de seu uso constante na campanha eleitoral de Bolsonaro (Leirner, 2022 [2020]). As constantes contradições incansavelmente emitidas foram um sinal claro de que estavam sendo utilizadas técnicas descritas nos manuais de “operações psicológicas” militares: as divergências entre Bolsonaro e seu Vice-Presidente, General Hamilton Mourão, foram desde a campanha um sinal claro de que se pretendia lançar mão de uma estratégia proposital de confusão e desnorteamento. Já na campanha de 2022 as contradições não se dissiparam, com Bolsonaro ora batendo cabeça com membros de seu Governo (o que foi um padrão constante nos quatro anos, diga-se de passagem), ora com comandantes militares, em ações teatralescas (como o episódio da “demissão dos comandantes”, em março de 2021). A cada movimento “em pinça” (cf. Boyd, 1987) se sobrepunha outro, de modo que, em dado momento, a única opção da oposição foi reagir por puro reflexo, dando sinais de que estava capturada no “ciclo OODA” deles. Este, para nós, é o lado mais claro de como isso constituiu uma das pernas do que foi um “laboratório” da “guerra híbrida” no Brasil, mas evidentemente há outras.

Embora se pense que no Brasil, em 2013, houve um movimento embrionário de “revolução colorida”, quando os eventos conhecidos como *jornadas de junho* foram vistos

resultados que desejamos. Influenciar os líderes a não lutar é imprescindível (Szafranski, 1994 *apud* Korybko, 2015, p. 36).

¹⁸ Escobar é um correspondente, entre outros veículos, do *Asia Times*, especializado em geopolítica e guerras, sobretudo do Oriente Médio e Ásia. Sua naturalidade brasileira certamente permitiu a conexão com os fatos tal como ele os colocou.

como a primeira tentativa de desestabilização do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Presidenta Dilma Rousseff¹⁹, creio que indubitavelmente uma das engrenagens mais efetivas da “guerra híbrida” foi o *Lawfare* produzido pela chamada Operação Lava-Jato, a partir de 2014, sobre a percepção da população de que o então Governo era parte do “maior processo de corrupção da história humana” — como se disse amplamente à época. Há muita coisa escrita hoje sobre a Operação e como ela foi um fator essencial para a eleição de Bolsonaro (Avritzer; Kerche; Marona, 2021); no entanto, é notável que há um único livro que a coloca como parte de uma “guerra híbrida”, escrito curiosamente pelo advogado de Lula, o alvo principal (Zanin; Martins; Valim, 2020). Neste livro, Zanin (Zanin; Martins; Valim, 2020) mostra como o próprio conceito de *lawfare*, elaborado inicialmente por um General da Força Aérea Americana — Charles Dunlap, em 2001 — se converteu em instrumento de um complexo processo geopolítico internacional. Ao acompanharmos Dunlap em seus escritos posteriores, podemos ver como o *lawfare* passou a ser incorporado pela doutrina de “guerra em espectro total” e finalmente incorporado como uma “infantaria” da guerra híbrida (Zanin; Martins; Valim, 2020). Hoje em dia é praticamente um consenso, da esquerda à direita, de que a Lava-Jato foi o combustível de uma série de protestos e movimentos que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Não tenho a intenção de discutir esses movimentos, especificamente, que ocorreram em paralelo às movimentações militares. Pelo contrário, minha ideia aqui é justamente mostrar que os militares construíram algo que pode até ter se aproveitado do desdobramento de um ciclo à direita de todo esse processo. Uma das suas vertentes, que começou pequena, mas espalhada por todo o Brasil, tinha uma feição intervencionista²⁰, e lançou mão de uma retórica de que o Brasil estava mergulhado no caos que somente uma intervenção militar poderia solucionar. Hoje, após o livro de entrevistas recém-lançado do então Comandante do exército General Villas Bôas (Castro, 2021), já é possível saber que se tratava de “pessoal militar” infiltrado nas manifestações. O que parecia ser um movimento despropositado — assim como a candidatura Bolsonaro, que começa dentro de uma academia militar em 2014 (Leirner, 2022 [2020]) — pode ser interpretado como o imprint da ideia de uma espécie de “solução de ordem” para problemas que iriam se radicalizar dali para frente.

Evidentemente não estou descartando que os militares, assim como muita gente, foram influenciados pelos “climas gerais” que tomaram conta do país, sobretudo com os desdobramentos da Operação Lava-Jato. Certamente muitos foram a reboque disso, sendo

¹⁹ Seguindo toda uma série de características tais como descritas por Korybko (2015). Para uma discussão crítica sobre a noção de “guerra híbrida” aplicada a 2013, ver Leirner (2023).

²⁰ Ver Alonso (2017).

levados a uma adesão cada vez mais frequente à candidatura de Jair Bolsonaro. No entanto, mais do que esse movimento, interessa-me entender como conscientemente um grupo de generais articulou certos procedimentos, emplacou certas visões e viabilizou uma movimentação do conjunto da tropa, e dela para o Brasil. Não por mera coincidência, esses generais formam um seleto grupo de pessoas que mantiveram contato próximo ao longo de suas carreiras; chegaram a empregar estratégias *MOUT* (*Military Operations in Urban Terrain*) em operações de contrainsurgência no Haiti e na África e depois em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs), aqui no Brasil; têm treinamento de forças especiais e operações psicológicas e, finalmente, trouxeram uma interpretação própria da “teoria da guerra híbrida” aplicada à realidade brasileira.

Desse modo, houve uma alavancagem inicial de um “*loop*” ou “ataque cognitivo” dentro das próprias Forças Armadas e posteriormente este processo tomou conta das movimentações políticas em torno da candidatura e da Presidência de Jair Bolsonaro. Arrisco a dizer, assim, que a “guerra híbrida” afetou tanto os militares quanto a população em geral. O resultado disso é essa sensação que se vive cotidianamente no Brasil de que tudo está desencontrado, caótico e que o tempo de eventos bombásticos passou a correr mais rápido e mais intensamente. Trata-se, para usar uma concepção de Paul Virilio (1997), de uma outra velocidade, que produziu um *blend* entre guerra e política. O grande problema que esse processo envolve é que sequer percebemos isso como uma guerra, de tão heterodoxas que são essas ações. Vejamos então seus principais aspectos, a partir de três movimentos principais²¹.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que a primeira ação ocorreu no interior das próprias Forças Armadas, que foram alvo de campanha de Bolsonaro desde 2014, com autorização do comando militar. Mais do que autorização, tudo se passou com o incentivo do próprio comando das Forças Armadas, que permitiram que isso ocorresse de forma reiterada, até o momento em que se plasmou a identificação de Bolsonaro com os militares. Junto a isso, durante os quatro anos seguintes, um grupo de Generais passou a publicar e dar palestras em estabelecimentos militares convencendo seus pares de que o Brasil estaria sendo alvo de uma “guerra híbrida” conduzida pelo próprio Governo Dilma Rousseff, e depois do seu impeachment, a guerra continuou e se intensificou, sendo travada pelo Partido dos Trabalhadores, junto com ONGs, Organização das Nações Unidas (ONU) e organizações populares e sociais, como índios, quilombolas, sindicatos e igrejas. Esse ponto se liga aos dois próximos, mas é preciso estar atento aqui ao fato de que se trata de um

²¹ A documentação relativa a todo esse processo relacionado aos três movimentos está colocada e analisada em Leirner (2022 [2020]), e é muito extensa para os limites deste artigo. Peço, portanto, que se considere a descrição logo a seguir como parte de uma etnografia realizada com militares nos últimos anos, e que resultou na tese que deu origem ao livro.

processo que produziu um certo “contágio” em outros Poderes do Estado (especialmente no Judiciário) e organizações (*think tanks*, imprensa e alguns setores universitários).

A base desse processo é uma enorme “inversão de papéis” (conforme os pontos seguintes), quando militares passam a lançar “bombas cognitivas” cuja mensagem se pautava na ideia de que Lula e o Partido dos Trabalhadores promoviam uma guerra, e eles representavam uma “solução de pacificação”. Observamos a emissão constante de sinais contraditórios junto a resoluções anteriormente planejadas. Como mencionado acima, já durante a campanha eleitoral de 2018, os candidatos a Presidente e Vice lançaram visões contraditórias entre si. As dissonâncias produzem uma enorme cortina de fumaça, contradições se sobrepõem a outras contradições, e no fim perde-se de vista quem está controlando o processo. Nesse elemento, introduz-se, sobretudo, a camuflagem. Ninguém percebeu que havia militares agindo no sentido de provocar esse conjunto de dissonâncias. Entre outras coisas, atribuiu-se esse aparente “caos” a um “primarismo” e ausência de coordenação de campanha — assim, como posteriormente se reiterou muito, especialmente na imprensa, sobre a completa falta de coordenação no Governo — tendo como efeito colateral a ideia de que se tratava de uma campanha “legítima” e “sem recursos”. Porém, os recursos estavam, por exemplo, em um amplo uso de campanhas “psicológicas” que associaram Bolsonaro subliminarmente aos militares, por exemplo, durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro durante o ano de 2018 (com gastos de mais de 1 bilhão de reais²²) e amplo uso de redes sociais financiadas por esquemas empresariais²³.

Em segundo lugar, para que tais “bombas cognitivas” tivessem efeito, o uso de redes sociais como o *WhatsApp* foi empregado na forma de “estações de repetição” de “*fake news*” e produção de “*false flags*”²⁴, algo bastante trabalhado em manuais de guerra cibernética. As redes são descentralizadas e, caso uma caia, outras continuam funcionando. Esta técnica é originária, classicamente, das operações de tipo “comandos”, “forças especiais” e “células”. O padrão é a replicação intensa a partir de grupos com conexões pouco estruturadas e nada evidentes. Este foi o principal instrumento para o “contágio”, ou, melhor dizendo, a “replicação” do padrão de agenciamento acima para fora de *coteries* específicas, atingindo primeiramente grupos específicos e depois o grande público. Aqui a essência é a

²² Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/09/12/intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-custou-r-12-bilhao-e-foi-comandada-por-braga-netto-entenda.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2024.

²³ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2024.

²⁴ “Uma false flag é uma operação secreta projetada para enganar; o engano cria a aparência de que uma facção, grupo ou nação em particular é responsável por alguma atividade, disfarçando a sua fonte real”. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/False_flag#References. Acesso em: 5 dez. 2024.

criptografia da forma, para nunca se saber quem na realidade é o agente precipitador do discurso.

Uma vez que a primeira indução militar deu alguma diretriz, as células começaram a funcionar sozinhas. Dessa forma, não se percebeu como os militares estavam envolvidos desde o começo tanto nos processos contra o Partido dos Trabalhadores como na sustentação política de Bolsonaro (e, nada surpreendente, até agora, mesmo no governo, são vistos como agentes “neutros”). Foram disparadas tantas bombas cognitivas que se perdeu uma noção muito importante no encadeamento dos acontecimentos no Brasil: a percepção de que foram os militares que atuaram no processo que liga o combate a um “inimigo público” a uma candidatura manipulada por eles. Trata-se, assim, de camuflagem. Foi assim que se canalizou para os adversários toda responsabilidade sobre o “caos” político e social no Brasil, passando a ideia de que Bolsonaro era um “outsider” que nada teria a ver com os conflitos que cada vez mais se intensificavam, uma vez que estava respaldado em atores “neutros”.

Finalmente, em terceiro, com esse passo dado, os militares e Bolsonaro assumiram o controle da estratégia de “*proxy war*” da “guerra híbrida”. Eles “operaram” através de outros agentes na sociedade, que vão desde movimentos de classe média até o chamado “mercado”. Ideias que começaram a ocorrer bem antes dentro dos quartéis — de que o Partido dos Trabalhadores “introduziu as lutas de raças, gêneros e classes” e que “quebrou o Brasil” — acabaram sendo vocalizadas por inúmeros atores. Os militares fizeram isso se infiltrando, a partir de 2011 pelo menos, em outros setores do Estado, organizações empresariais e na mídia. A partir daí, já mais visivelmente em 2016, essas ideias se consolidaram e passaram a ser replicadas autonomamente, por vários agentes que se conectavam em rede e na forma de enxame (Korybko, 2015). As mensagens passaram a ter alto grau de autonomia, de modo que ficou absolutamente impossível mapear tanto sua origem quanto sua veracidade, estabelecendo, assim, um mecanismo de criptografia que só podia ser quebrada “ponta-a-ponta”, induzindo parte da população a estabelecer uma relação atávica com o bolsonarismo (Cesarino, 2021). Efetivamente, no ápice da campanha, a linguagem da guerra foi cada vez mais intensificada. Embora bastante real, as estratégias criptografadas fizeram-na passar como se fosse apenas “metafórica”. Eis, então, a essência da “guerra híbrida” em curso: a dissimulação.

Por conta de todo esse processo, penso que uma conclusão possível seja que seu resultado final parece ser de fato uma forma híbrida na qual estão presentes diversos elementos: hoje, por exemplo, outros países da América do Sul tiveram processos semelhantes (o caso mais recente foi o da Bolívia; antes também o do Equador e o do Paraguai). No meio desses processos se encaixam elementos muito conhecidos dos norteamericanos e europeus: a guerra ao terror, o *patriot act*, o protagonismo de agências que

formam o *deep state* (militares, de segurança e de informações). Não é de hoje que eles agem mundo afora; no entanto, a “guerra híbrida” equaciona elementos nada triviais do conhecimento das ciências sociais e humanas para realizar seu maior objetivo: forçar a derrota do inimigo sem uma guerra aparente — ou “sem golpe” — atuando sobre a mente e a vontade das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**, número especial, p. 49-58, 2017.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BATESON, Gregory. **Naven**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

BEN-ARI, Eyal. **Mastering soldiers: conflict, emotions, and the enemy in an Israeli military unit**. Oxford: Berghahn, 1998.

BEN-ARI, Eyal *et al.* **Rethinking Contemporary Warfare**. New York: State University of New York, 2010.

BOYD, John R. The essence of winning and losing. **Unpublished lecture notes**, v. 12, n. 23, p. 123-125, 1996.

CASTRO, Celso. **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CESARINO, Leticia. **Ethnography of refracted publics: from digital populism to alt-science ecosystems**. Paper presented at the “Friday Seminars”, LSE, 28 may 2021. Mimeo.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

CORAM, Robert. **Boyd: The fighter pilot who changed the art of war**. New York: Little, Brown & Co., 2002.

DENT, Alexander S.; MACHADO, Rosana Pinheiro. Protesting democracy in Brazil. **Society for Cultural Anthropology Hot Spots**. December 20, 2013. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil>. Acesso em: 6 dez. 2024.

DUNLAP, Charles. **Law and Military Interventions: preserving humanitarian values in 21st century conflicts**. Working Paper. Cambridge: Harvard University (John F. Kennedy School of Government), 2001.

ENGDAHL, William. **Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order**. Wiesbaden: Edition Engdahl, 2009.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida, Pepe Escobar. **GGN: O Jornal de Todos os Brasis**, 7 de Junho de 2016. Disponível em: <https://jornalqgn.com.br/analise/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar/>. Acesso em: 6 dez. 2024.

FORD, Daniel. **A vision so noble: John Boyd, the OODA Loop, and America's War on Terror**. Durham: Warbird Books, 2010.

GONZÁLEZ, Roberto J. 'Human terrain': Past, present and future applications. **Anthropology Today**, v. 24, n. 1, p. 21-26, 2008.

GRAHAM, Stephen. **Cities Under Siege: The new military urbanism**. London: Verso, 2010.

HOFFMAN, Frank. **Conflict in the 21st century: The rise of the hybrid wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid wars: The indirect adaptive approach to regime change**. Moscow: PFUR, 2015.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2022 [2020].

LEIRNER, Piero. Ensaio sobre 2013 e uma Guerra Híbrida Fora de Lugar. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 15, n. 1, p. 142-200, 2023.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted Warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

LIND, William S. Fourth-generation warfare's first blow: a quick look. **Marine Corps Gazette**, v. 85, n. 11, p. 72-72, 2001.

MAYA; Romulus; LEIRNER, Piero. Urgente: EUA planejam derrubar avião brasileiro e culpar Venezuela? **Duplo Expresso**. 16 mai. de 2019. Disponível em: <https://duploexpresso.com/?p=104661>. Acesso em: 6 dez. 2024.

MATTIS, James N.; HOFFMAN, Frank. Future warfare: The rise of hybrid wars. **Proceedings-United States Naval Institute**, v. 131, n. 11, p. 18, 2005.

NCA - Network of Concerned Anthropologists. **The counter-counterinsurgency manual**; or, Notes on demilitarizing American society. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2009.

OSINGA, Frans. **Science, strategy and war: The strategic theory of John Boyd**. Delft: Eburon Academic Publishers, 2005. Disponível em: <http://chicagoboyz.net/blogfiles/OsingaBoydThesis.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2024.

PRICE, David H. **Weaponizing anthropology**. Petrolia: CounterPunch, 2011.

RICHARDS, Chet. **Boyd's OODA Loop (it's not what you think)**. March 21, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/26030432/Boyd's OODA Loop Its Not What You Think Introduction A No n-school of Strategy](https://www.academia.edu/26030432/Boyd's_OODA_Loop_Its_Not_What_You_Think_Introduction_A_No_n-school_of_Strategy). Acesso em: 6 dez. 2024.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico, militarização e pacificações: novas securitizações no Brasil. *In*: PASSOS, Rodrigo; FUCCILE, Alexandre (Org.). **Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional**. Volume 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 55-87.

SSORIN-CHAIKOV, Nikolai. Hybrid peace: Ethnographies of war. **Annual Review of Anthropology**, v. 47, n. 1, p. 251-262, 2018.

SZAFRANSKI, Richard. **Neocortical warfare? The acme of skill**. Santa Monica: RAND Corporation, 1994. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/MR880/MR880.ch17.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvère. **Pure war**. Los Angeles: Semiotext(e), 2003.

WEIZMAN, Eyal. **Walking Through Walls: Soldiers as architects in the Israeli–Palestinian conflict**. Radical Philosophy, 2006. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/walking-through-walls>. Acesso em: 6 dez. 2024.

WEIZMAN, Eyal. **Hollow land: Israel’s architecture of occupation**. London: Verso, 2007.

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Waleska; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

Recebido em 7 de junho de 2024.
Aprovado em 27 de setembro de 2024.